

Francisco Jorge Fontes Silva

Nº 28457

Relatório da Prática de Ensino Supervisionada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, nos termos do Decreto-Lei nº 79/2014 de 14 de maio e do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, publicado pelo Decreto-Lei nº 63/2016, de 13 de setembro.

Trabalho realizado sob a orientação da Mestre, Mafalda Iolanda Costa Machado, do Instituto Universitário da Maia e do Professor José Paulo Lima Caseiro, da Escola Secundária João da Silva Correia.

Outubro de 2019

Silva, F. (2019). Relatório de Estágio da Prática de Ensino Supervisionada do Curso de 2º Ciclo em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, apresentado ao Instituto Universitário da Maia.

PALAVRAS - CHAVE: PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA EM EF, ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Agradecimentos

A realização da Prática de Ensino Supervisionada só foi possível graças à colaboração e ao contributo, de forma direta e indireta, de várias pessoas e instituições, às quais gostaria de exprimir algumas palavras de agradecimento e profundo reconhecimento.

À escola cooperante que me viu crescer enquanto professor, ao permitir que tivesse a primeira experiência enquanto professor. A toda a comunidade educativa que me acolheu ao longo deste ano, respetiva simpatia e disponibilidade demonstrada.

Ao professor José Caseiro por todo o apoio prestado, pela orientação, pela sua presença constante, e pela confiança depositada em mim.

À supervisora, Professora Mafalda Machado por todo o profissionalismo e disponibilidade demonstrada, pela simpatia e pelas sugestões de melhoria.

A todos os alunos, em especial à turma do 8ºB pela participação e empenhamento ao longo do ano, pela minha aprendizagem, pelo carinho e todos os momentos partilhados.

Aos meus pais por me permitirem viver os meus sonhos e aventuras, apoiando-me em todas as decisões da minha vida.

À minha irmã pelo carinho, paciência e palavras de incentivo ao longo desta caminhada.

A todos os meus amigos por estarem ao meu lado com um sorriso no rosto e uma palavra amiga que serve como escapatória de todo o stress vivido.

Para finalizar, agradecer ao ISMAI por estes cinco anos fantásticos onde tive o privilégio de trabalhar e aprender com os melhores profissionais da área do Ensino e do Desporto.

A todos um muito obrigado!

Resumo

O atual documento surge no âmbito da unidade curricular de Prática de Ensino Supervisionada, presente no plano de estudos do 2º ciclo de ensino do Instituto Universitário da Maia, relativo ao Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário. O documento assenta numa reflexão crítica do estudante estagiário sobre todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo 2018/2019. A prática de ensino supervisionada ocorreu numa escola do concelho de S. João da Madeira, num núcleo de estágio composto pela minha pessoa, um professor cooperante e uma professora supervisora, representante da instituição formadora. Em relação à organização e estrutura do documento, está dividido em quatro partes, que refletem todo o processo vivido enquanto professor estagiário. Na primeira parte é abordada a dimensão pessoal e profissional, na qual é retratado o meu trajeto e escolha de querer ser professor de Educação Física, são também expressas as expectativas iniciais referentes à Prática de Ensino Supervisionada. Na segunda parte surge mencionada a prática em contexto, retratando a importância dessa prática no meu desenvolvimento e formação enquanto professor, é apresentada ainda a caracterização da escola cooperante. Relativamente à terceira parte, o relato recai sobre a prática profissional onde foram abordadas as três áreas de desempenho das funções pedagógicas: a organização e gestão do ensino e aprendizagem, a participação na escola e relação com a comunidade, na qual apresento um projeto de investigação “Educação Física Criativa” e, por fim, o desenvolvimento profissional. Na última parte do documento, são apresentadas as reflexões finais sobre a importância que este percurso representou no meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Palavras-Chaves: Educação Física; Estudante Estagiário; Prática de Ensino Supervisionada

ABSTRACT

The present document arises within the scope of the curricular unit of Supervised Teaching Practice, present in the study plan of the 2nd cycle of teaching of the University Institute of Maia, related to the master's in teaching physical education in Basic and Secondary Education. The document is based on a critical reflection of the student trainee on all the work developed during the 2018/2019 school year. The practice of supervised teaching took place in a school in the municipality of S. João da Madeira, in a training center composed of me, a cooperating teacher and a supervising teacher, representative of the training institution. Regarding the organization and structure of the document, it is divided into four parts, which reflect the entire process as a trainee teacher. The first part addresses the personal and professional dimension, which describes my path and choice of wanting to be a Physical Education teacher, also expresses the initial expectations regarding the Supervised Teaching Practice. In the second part comes mentioned the practice in context, portraying the importance of this practice in my development and training as a teacher, is also presented the characterization of the cooperative school. Regarding the third part, the report concerns the professional practice where the three areas of performance of the pedagogical functions were addressed: the organization and management of teaching and learning, participation in the school and relationship with the community, in which I present a research project "creative physical education" and, finally, professional development. In the last part of the document, the final reflections on the importance that this path represented in my personal and professional development are presented.

Keywords: Physical Education; Trainee Student; Supervised Teaching

Índice de Siglas e Acrónimos

PC – Professor Cooperante

EE – Estudante Estagiário

RPES – Relatório de Estágio

PES – Prática de Ensino Supervisionada

EF – Educação Física

PNEF – Programa Nacional de Educação Física

ESJSC – Escola Secundária João da Silva Correia

AEJSC – Agrupamento de Escolas João da Silva Correia

AD – Avaliação Diagnóstica

AF – Avaliação Formativa

AS – Avaliação Sumativa

AA – Autoavaliação

DE – Desporto Escolar

LF – Literacia Física

ÍNDICE

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	4
ABSTRACT	5
Índice de Siglas e Acrónimos.....	6
Introdução.....	9
I.Dimensões: pessoal e profissional	11
1.Uma decisão a partir de um percurso	11
1.1Percurso formativo.....	11
1.2 Percurso Desportivo.....	11
I.3Percurso Profissional.....	12
2.Expectativas Iniciais	12
II.Prática em Contexto.....	13
1.A importância da PES.....	13
1.1Contexto legal e institucional	13
2.A escola cooperante: lugar de prática.....	14
2.1Escola cooperante	14
2.2 Meio envolvente.....	15
2.3Núcleo de estágio.....	16
2.4Turma residente	17
III.Prática profissional: do plano da análise ao da intervenção.....	18
1.Organização e gestão do ensino e da aprendizagem.....	18
1.1 Conceção do Ensino.....	18
1.2 Planeamento.....	18
1.3Realização	22
1.4Avaliação	25

2.Participação na escola e Relação com a comunidade.....	29
2.1Atividades realizadas	30
2.2 Socialização profissional e institucional.....	32
3.Desenvolvimento profissional	33
IV.Reflexões finais.....	36
Referências bibliográficas	37
Legislação consultada	40

Introdução

O Relatório da Prática de Ensino Supervisionada (RPES) surge no âmbito da unidade curricular de Prática de Ensino Supervisionado (PES), realizado no Agrupamento de Escolas João da Silva Correia (AEJSC), e faz parte integrante do plano de estudos do 2º Ciclo de Ensino e que confere o grau de Mestre em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário.

O presente documento assentará numa reflexão crítica sob a forma de relatório, acerca do meu processo vivido enquanto estudante estagiário (EE) ao longo da prática de ensino supervisionada.

No que diz respeito à estrutura deste documento, seguirá as linhas orientadoras definidas pelo Instituto Universitário da Maia (ISMAI).

Segundo Alarcão (1996), o estágio pedagógico, agora numa configuração de prática pedagógica, compõe um dos fatores mais relevantes na formação e preparação dos futuros professores para a entrada no contexto da vida profissional do ensino, constituindo, ao mesmo tempo, uma referência para um melhor conhecimento da forma como os professores de amanhã aprendem a ensinar.

De acordo com Shön (1992) as aprendizagens que advêm de experiências concretas, implicando o envolvimento direto dos formandos em atividades e contextos reais de trabalho, são as aprendizagens mais prósperas e duradouras. A educação é um processo construtivo e para que exista evolução é necessário que haja reflexão porque a reflexão é fundamental para analisar e aperfeiçoar aquilo que é um processo sem fim, em busca da plenitude do conhecimento.

O presente documento está dividido em quatro partes, sendo que em cada uma delas os temas e os conteúdos presentes refletiram o meu processo vivido enquanto EE ao longo de toda a PES.

A primeira parte corresponde à dimensão pessoal e profissional onde enquadro o meu trajeto e as minhas expectativas iniciais relacionadas com a PES. A segunda parte refere-se à prática em contexto na qual, abordo a importância da PES na minha formação enquanto professor e retrato a escola cooperante. Na terceira parte exponho a prática profissional, do plano de análise ao da intervenção no qual incluo as três áreas de desempenho relativas às funções de professor:

1 – Organização e gestão do ensino e aprendizagem, abordando cada uma das áreas de intervenção pedagógica; 2 – Participação na escola e relação com a comunidade, na qual serão abordadas as atividades realizadas; 3 – Desenvolvimento profissional.

Por último, a parte das reflexões finais, onde retrato o meu ano de prática.

I. Dimensões: pessoal e profissional
1. Uma decisão a partir de um percurso
1.1 Percurso formativo

O meu percurso formativo começou desde cedo com a entrada no jardim de infância, sendo que as maiores recordações mantidas são as dos percursos de obstáculos que nos eram propostos pelo professor / promotor da atividade física e que nós ultrapassávamos com satisfação.

Proseguí a minha formação com a entrada em diferentes escolas e completando os respetivos ciclos de ensino. O 3ºCiclo e Secundário foram realizados no Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas. Enverguei por um curso tecnológico de desporto pois era a área vista como maior prioridade e afinidade uma vez que era com ela que me identificava.

Senti necessidade de continuar a estudar e após finalizar o secundário, procurei o ingresso na área de desporto. Matriculei-me no ISMAI e realizei a licenciatura em Educação Física e Desporto.

Os três anos da licenciatura foram fantásticos e desenvolveram uma autonomia que até então não tinha, sendo que o melhor destes três anos foram as amizades criadas e as histórias que ficam guardadas.

Desejo ser professor porque tive bons exemplos ao longo do meu caminho enquanto estudante. A motivação para a prática de exercício físico sempre foi minha aliada, sempre quis evoluir e me destacar dos colegas de turma e esta motivação é o que gosto de sentir.

Sinto prazer em ajudar e ao aliar o meu gosto pela Educação Física (EF), decidi ingressar no Mestrado em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, no ISMAI.

1.2 Percurso Desportivo

A prática desportiva esteve sempre presente na minha vida. Com tenra idade entrei para a natação e aí me mantive até aos 6 anos. Por influência dos amigos da escola que me diziam jogar bem futebol, decidi entrar para o futebol, a paixão pelo desporto rei foi crescendo de tal maneira que, neste momento, posso dizer que é a minha maior paixão. Tenho vinte e quatro anos, o futebol entrou aos 6 anos e nos dias de hoje ainda jogo futebol federado e sou treinador de camadas jovens.

O desporto transmite valores saudáveis que moldam a nossa personalidade. O respeito, a procura incessante pela superação, o traçar de objetivos, são algumas das características fundamentais transmitidas, que seguiram junto de mim por toda a minha vida.

I.3 Percurso Profissional

O meu percurso profissional começou mal terminei o ensino secundário e entrei para a universidade. No primeiro ano de faculdade candidatei-me para ser monitor nos campos de férias “vives” organizado pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Após o término das férias de verão, o coordenador do Polo de Canedo, convidou-me para subir de posto e passar a ser o Professor responsável pelas atividades desportivas do Polo de Canedo. Foi um passo muito importante no meu percurso, primeiro porque confiaram numa pessoa que ainda não era formada um posto importante e de muita responsabilidade e, por outro lado, abriu-me portas na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, tais como entrar para o quadro de professores responsáveis pelas atividades físicas nos jardins de infância, atividade que ainda exerço.

No que diz respeito ao ensino o meu percurso baseia-se em ser professor nos campos de férias e lecionar as aulas nos jardins de infância do conselho de Santa Maria da Feira.

2. Expectativas Iniciais

Em relação à PES, pergunto-me sobre a forma como irá decorrer, uma vez que já realizei um estágio pedagógico. Neste momento tenho um maior número de conhecimentos que outrora não tinha e prevejo que o processo que se aproxima seja o local ideal para colocar em prática as minhas ideias. Foram anos e anos a estudar, a adquirir conhecimentos, a evoluir no processo de formação para me tornar professor de EF.

Tenciono vivenciar o papel de professor em contexto escolar, conviver com os docentes e outros EE, para troca de experiências, conhecimentos e ideias com o intuito de encontrar os meios e as estratégias mais eficazes para potenciar as aprendizagens dos alunos. Pretendo trabalhar num ambiente acolhedor e respeitador pois é numa atmosfera positiva que os alunos convenientemente, se sentem bem a trabalhar. Quero aprender a lidar com comportamentos desviantes e a perceber qual a melhor atitude a adotar perante um cenário desfavorável.

Quanto aos alunos espero que sejam educados, interessados e empenhados na prática da EF. Que seja possível criar uma ligação de professor-aluno respeitadora e confiável.

Do Orientador Cooperante (OC), prevejo uma colaboração e entreatajuda, recorrendo a críticas construtivas e alertas, de forma a poder potenciar o meu crescimento, através do diálogo sobre possíveis ações de melhoria relativamente à minha intervenção na aula, estratégias de ensino e possíveis adaptações. Sendo estes comportamentos reflexivos fulcrais para evoluir.

“A reflexão é importante para os educadores, porque têm uma responsabilidade acrescida na compreensão do presente e na preparação do futuro.” (Alarcão, 2001, p.10). Em relação à EF quero contribuir para impulsionar o valor da disciplina, influenciando os alunos a ter um estilo de vida ativo e saudável, se isso acontecer serei uma pessoa feliz. No fundo, as minhas expectativas são altas, pretendo evoluir enquanto docente e enquanto pessoa.

II. Prática em Contexto

1. A importância da PES

1.1 Contexto legal e institucional

Com o processo de Bolonha passou a existir três ciclos: licenciatura (1ºciclo), mestrado (2ºciclo), e o doutoramento (3ºciclo) que tiveram como principal objetivo uniformizar a estrutura dos cursos.

O grau de Mestre em Ensino de Educação Física nos Ensino Básico e Secundário possibilita desempenhar a docência da disciplina de EF, tanto no ensino público como no privado, conforme publicado no Decreto-Lei nº79/2014 de 14 de maio (Diário da República, 1.ª série – N.º 92).

O Decreto-Lei nº240/2001 de 30 de agosto de 2001, designa as competências e os perfis de desempenho, referindo as áreas de desempenho para um ensino eficaz se constituem da seguinte forma: I – Perfil geral de desempenho; II – Dimensão profissional, social e ética; III – Dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem; IV – Dimensão de participação na escola e de relação com a comunidade; V – Dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida.

Em termos institucionais, a PES é uma unidade curricular do 2ºciclo do Mestrado em Ensino de Educação Física nos Ensino Básico e Secundário, que integra o Estágio Profissional e o respetivo Relatório de Estágio e rege-se pelas normas da instituição formadora e pela legislação específica, nomeadamente, pelo artigo nº11 do Decreto-Lei nº79/2014 de 14 de maio.

Na PES, o EE tem a seu cargo uma turma do professor cooperante, chamada de turma residente. Existe também a necessidade de passar pelos vários ciclos de ensino. Todo o trabalho executado ao longo do ano letivo será acompanhado pelo professor cooperante e supervisor de estágio. A PES é fundamental para a nossa formação. Possuir conhecimentos teóricos é importante, mas é necessário conseguir aplicar esses conhecimentos na prática, consoante as circunstâncias e os contextos em que estamos inseridos.

Para Albuquerque, Graça e Januário (2005), o estágio profissional, é reconhecido pelos professores orientadores como uma fase decisiva do desenvolvimento profissional, assinalado pela natureza da experiência prática. Segundo Queirós (2014), o estágio pode ser compreendido como o momento da construção da profissão. Serve de rampa de lançamento para ultrapassar a última barreira do que é ser estudante e passar a ser, em definitivo, professor.

Segundo Batista e Queirós (2013), o contexto da formação inicial de professores é visto como um espaço extraordinário de socialização na profissão. Existe a oportunidade de nos relacionar e fazer parte da comunidade educativa que ajudará a moldar a nossa identidade enquanto professores. A presença em atividades como reuniões de avaliação e departamento, entre outras, são essenciais na medida em que o contacto com esta realidade nos abre os olhos para outras situações que acontecem na escola. A escola não é só lecionar, existem também outras funções associadas à profissão.

A PES traz um ganho de autonomia característico ao professor, relacionado com o ato da reflexão que leva o docente a atuar conforme as necessidades das situações reais em que está inserido. Em suma, a PES serve como meio de entrada na profissão, em contexto real, de modo a catapultar competências profissionais aos futuros docentes. Entre elas o saber crítico e a reflexão, preponderantes para responder às provocações e exigências da profissão.

2. A escola cooperante: lugar de prática

2.1 Escola cooperante

Da lista de escolas cooperantes, entrei naquela que foi a minha primeira escolha. A escola que se encontrava mais próximo da minha área de residência.

A Escola Secundária João da Silva Correia é a escola sede do Agrupamento de Escolas João da Silva Correia, composto por um total de 7 escolas. Esta escola sofreu uma alteração no ano de 2011 com a mudança de infraestruturas para uma zona totalmente diferente de S. João da Madeira, Mourisca. O oposto do local onde se encontrava.

Este agrupamento encontra-se inserido num meio urbano, industrial e comercial, o que explica a afluência de população de concelhos limítrofes. Assim, acolhe alunos quer de S. João da Madeira, quer de concelhos envolventes (Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Vale de Cambra e Arouca).

No que se refere às instalações desportivas, a escola cooperante dispunha de um pavilhão gimnodesportivo (normalmente dividido em 3 espaços) com 5 tabelas de basquetebol, 4 balizas de futebol (2 fixas e 2 amovíveis), 2 paredes de escalada (1 na horizontal e 1 na vertical), posto médico, arrecadação do material e sala dos professores. No espaço exterior existe um campo de futebol com 2 balizas de futebol (longitudinal), 2 tabelas de basquetebol e uma caixa de areia. É importante de referir que os acessos aos espaços desportivos podem ser feitos por pessoas que apresentam mobilidade reduzida, uma vez que todas as barreiras arquitetónicas estão anuladas.

Um aspeto negativo a apontar, prende-se com o acesso ao pavilhão, que tem que ser feito pelo exterior uma vez que este não é contíguo ao edifício principal. Em dias de chuva a deslocação dos alunos e dos professores torna-se complicada, uma vez que não existe nenhuma estrutura coberta no percurso que tem que ser realizado.

No que concerne ao material de ensino, a escola pauta-se por uma qualidade/quantidade excelente, nunca sendo este um fator preocupante no ensino.

2.2 Meio envolvente

S. João da Madeira orgulha-se de ser conhecida como a Cidade do Trabalho, tem atualmente cerca de 25 mil habitantes e situa-se no distrito de Aveiro.

É reconhecida pela qualidade de vida, sendo de destacar o facto de ter sido eleita, em diversos estudos, como uma das melhores cidades para se viver em Portugal.

Em termos educacionais, a cidade dispõe de excelentes escolas e de uma vasta oferta educativa, o que faz com que imensos estudantes se dirijam para S. João da Madeira para obter a sua formação.

Em termos desportivos, a cidade oferece condições de excelência para a prática desportiva não só através das suas instalações, mas também dispõe de diversos espaços verdes para a realização de atividades ao ar livre. O leque de desportos é também muito abrangente.

2.3 Núcleo de estágio

O Núcleo de Estágio revelou ser uma parte preponderante para a PES. O Núcleo foi composto apenas pela minha pessoa e o OC. Relativamente ao fato de ter sido o único EE na escola fez com que o meu trabalho se complicasse um pouco quando comparado aos meus colegas. Não havia o trabalho em equipa, a troca de ideias e tudo o que envolve trabalhar em equipa. Por outro lado, o fato de estar sozinho exigiu mais de mim e fez com que o meu trabalho fosse mais valorizado. Não utilizando como desculpa, mas o fato de estar sozinho esteve muitas vezes ligado diretamente ao meu rendimento.

Foi no seio desta “família” (OC e professores do agrupamento) que pude colocar todas as dúvidas, problemas, em prol de um bem maior que é oferecer a melhor aprendizagem possível aos alunos e evoluir em todos os aspetos de ser professor. Conversamos, refletimos sobre as nossas práticas, as nossas visões e impressões, com o objetivo de evoluirmos enquanto docentes.

De acordo com Garcia (1992), por meio de estimular a reflexão na formação de professores é essencial criar condições de parceria e de cooperação entre eles. Recebi e fiz críticas, tanto positivas como negativas que me obrigaram a refletir sobre o processo e o contexto de ensino, sendo essas críticas extremamente importantes para o meu crescimento enquanto EE.

A reflexão é uma arma forte, que em conjunto com o núcleo de estágio e o OC, permitiu catapultar a minha capacidade de reflexão nas aulas e consequentes ações, adaptando as dificuldades e problemas que surgiam no contexto. O OC foi aquele que mais interveio neste processo de formação. Esteve presente em todas as aulas lecionadas. Além disso, a primeira dúvida ou problema era a ele a quem recorria, de forma a clarificar as minhas ideias.

Segundo Reina (2013), o OC acarreta uma grande responsabilidade na representação que dá da EF aos futuros professores. Foi isso mesmo que aconteceu. Aprendi e evolui imenso em todos os domínios. Destacando a partilha, a cooperação, a amizade e por fim, a família que se criou.

2.4 Turma residente

A turma do 8º ano era constituída por 20 alunos, 9 rapazes e 11 raparigas. A média de idades situava-se entre os 13 e os 14 anos. Nenhum dos alunos era repetente. Fazia parte da turma uma aluna com necessidades educativas especiais, nomeadamente défice cognitivo, não apresentando dificuldades comunicativas e relacionais.

Em relação ao agregado familiar, a maioria encontrava-se na condição de empregado. No que respeita às habilitações académicas, eram poucos os que tinham um curso superior. Ao descobrir que a turma continha uma aluna com maiores dificuldades, procurei nas primeiras aulas ter uma especial atenção com ela, de forma a interagir e saber realmente quais são as suas limitações. Isto demonstrou-se um desafio, pois inicialmente não sabia de que forma abordar a aluna, mas com uma grande naturalidade, a aluna surpreendeu e não senti necessidade de ter uma atenção especial com ela, mostrando-se ao longo de todo o ano uma aluna empenhada e cumpridora das tarefas.

Ao longo das aulas foi possível observar que a turma exibia um nível motor alto. Talvez este aspeto se devesse ao facto de a maioria dos alunos praticar um desporto nos seus tempos livres. A turma era simpática, hiperativa, com falta de atenção/concentração, mas gostava de trabalhar e de praticar desporto. A motivação pela prática variava muito consoante a modalidade abordada e por isso, nas didáticas menos apreciadas alguns alunos fugiam da tarefa, tendo mesmo comportamentos desviantes. Este facto obrigou-me a implementar estratégias por forma a evitar este tipo de comportamentos, mantendo-os orientados para a prática, o que nem sempre resultou.

O comportamento dos alunos foi mesmo o que mais me desafiou nesta turma porque uma chamada de atenção no início resultava, mas não durou para sempre. Tive de encontrar estratégias para saber lidar com a turma, o que se revelou um grande desafio. Como por exemplo, a utilização dos alunos como agentes de ensino, tendo eles um papel mais ativo dentro da aula. Por vezes tive de isolar alunos por tentarem boicotar a aula com empurrões e comportamentos desviantes, principalmente quando a chamada de atenção não surtia efeito. O recorrer ao “chef” da turma para controlar os colegas, também resultava. Senti ser professor, nunca me deixei ser dominado e com mais ou menos dificuldades, consegui impor-me perante eles.

III. Prática profissional: do plano da análise ao da intervenção

1. Organização e gestão do ensino e da aprendizagem

1.1 Conceção do Ensino

Em relação à conceção de ensino, esta não foi feita da forma correta porque o fato de ter me inscrito um pouco tarde, fez com que chegasse á escola com o ano letivo já em andamento. Ou seja, todo o processo que acontece antes das aulas começarem eu não assisti o que me dificultou muito a organização nos primeiros tempos. Todos os temas abordados nas reuniões do grupo de EF foi me transmitido pelo OC nos meus primeiros dias na escola.

Realizou-se uma reunião com o grupo de EF, com o objetivo de se preparar o ano letivo. As matérias curriculares para os diferentes ciclos de ensino, a fixação dos novos critérios de avaliação e diálogo sobre as atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo, nomeadamente pelo grupo de EF, designadas no plano anual de atividades foram me transmitidas pelo OC. Esta falta de informação fez muita confusão numa fase inicial, sendo que com a ajuda do OC tudo se tornou mais fácil e consegui organizar me rapidamente.

A importância de analisar o contexto de escola foi essencial, sendo que o estudo do Projeto Educativo de Escola, o Regulamento Interno e o Planeamento Curricular de Educação Física tornam-nos capazes e conhecedores do contexto onde estávamos inseridos. O Programa Nacional de Educação Física (PNEF) serviu como linha orientadora para a planificação do ensino. Foi nesta fase que senti mais dificuldades, de interpretar os programas e adaptar à realidade existente. Segundo Bento (2003), o ensino é elaborado duas vezes: como ponto de partida a conceção e depois a realidade.

1.2 Planeamento

O planeamento é um recurso aplicado pelo professor como auxílio na preparação e condução do processo educativo. Assim sendo, o planeamento ajuda e tem como papel orientar o professor no decorrer da sua prática pedagógica. Planear não é um ato irrefletido. Necessita e carece de uma análise inicial e posterior reflexão. Saber quais as carências das turmas, os materiais e instalações disponíveis para a prática, a definição de objetivos.

Na verdade, planear permite construir uma visão antecipadora do que se quer colocar em ação no futuro, tendo em conta o presente. No entanto, nem tudo o que planeamos inicialmente pode ser cumprido na íntegra, obrigando a que existam alterações. Assim, “a aula de Educação Física tem também que ser pensada em função de uma série de condicionalismos, de ordem externa, com grande influência no seu conteúdo e realização” (Bento, 2003, p. 122).

Segundo o mesmo autor, o planeamento pedagógico ocorre a três níveis: o planeamento anual, o planeamento da unidade didática e o plano de aula.

Efetivamente, foi uma das fases mais importantes da minha progressão enquanto docente, na medida em que foi necessário pesquisar informação em diferentes fontes de informação, a fim de alcançar o principal objetivo: garantir maior eficiência no meu trabalho. Deste modo, iniciei esta caminhada procurando informações no Programa Nacional de Educação Física do Ensino Básico e Secundário, no Programa de Prática de Ensino Supervisionado, no Projeto Curricular de Educação Física, no Planeamento Anual da disciplina do Externato Camões e no documento orientador de Aprendizagens Essenciais em Educação Física, segundo o qual, “através do trabalho de desenvolvimento curricular em cada estabelecimento de ensino, reforça-se a possibilidade de as escolas e os professores fazerem uma gestão flexível do currículo, contextualizada e adaptada ao ano, à turma, e a todos e cada um dos alunos. Garante-se igualmente, desta forma, o princípio da equidade no acesso ao currículo, respondendo à diversidade das necessidades e possibilidades dos alunos e das condições das escolas, promovendo a inclusão, por via da diferenciação pedagógica” (Aprendizagens Essenciais em Educação Física, 2018, pág. 2).

1.2.1 Planeamento Anual

De uma forma superficial, o planeamento anual refere-se à seleção das modalidades a abordar e a sua distribuição pelo tempo de aulas ao longo do ano letivo (Bento, 2003).

A ESJSC, tem um plano transversal na disciplina de EF, no qual foi possível a consulta de diversos documentos preponderantes à construção deste plano anual. O roulement com a distribuição dos espaços do pavilhão e respetivas rotações, onde contém o número de turmas no respetivo horário escolar. A existência de uma tabela com as modalidades a serem lecionadas em cada ciclo de ensino e respetiva distribuição nos espaços do pavilhão.

A ESJSC com esta organização, facilitou a criação do planeamento anual que serviu de consulta durante todo o ano letivo, e por isso, tivemos especial cuidado na sua elaboração. O ensino e aprendizagem de uma didática estão diretamente ligadas ao tempo de prática, pelo que se procurou oferecer o tempo necessário/ideal aos alunos para promover a exercitação e a consolidação dos conteúdos e promover assim o seu desenvolvimento.

No decurso do ano, existiu a necessidade de alterar e realizar alguns reparos uma vez que surgiam imprevistos como as greves de funcionários, provas de aferição, atividades que

impediram a realização de aulas e por conseguinte, a necessidade de reformular o plano anual para um melhor acompanhamento do número de aulas.

O grupo de EF, sentiu a necessidade de realizar um teste escrito e de avaliar a aptidão física no final de cada período, estes dois aspetos foram incluídos no plano anual.

1.2.2 Unidades Didáticas

Na planificação das unidades didáticas recorreu-se ao modelo de estrutura de conhecimento (Vickers, 1990) que serve de apoio ao professor no planeamento do processo de ensino e aprendizagem das várias matérias. Este modelo contém três fases, a análise, a decisão e a aplicação. A análise corresponde ao estudo da modalidade/estrutura de conhecimentos, à análise do contexto e análise da turma. Na fase da decisão existe a extensão e sequência de conteúdos, estabelecimento de objetivos, caracterizar a avaliação e configurar as progressões pedagógicas. Por fim, na fase de aplicação é onde se coloca em ação todos os conhecimentos.

A maior dificuldade vivida foi na elaboração da extensão e sequência de conteúdos porque influencia a lecionação das matérias, as metas que queremos atingir consoante o número de aulas pré-estabelecidas. Será o número de aulas suficiente para a lecionação de determinado conteúdo? É difícil de prever estes acontecimentos, pelo que apenas no momento da prática é que se tem a noção do desenvolvimento da aprendizagem. O desempenho dos alunos é tido em conta nesta planificação, permitindo não saltar etapas essenciais ao seu processo de ensino e aprendizagem, que deve seguir uma ordem lógica e racional de progressão. Do mesmo modo que o plano anual sofreu alterações durante a ação, também o planeamento por unidades didáticas padeceu.

1.2.3 Plano de aula

De acordo com Bento (2003), a planificação anual representa o verdadeiro ponto fulcral do pensamento e da ação do professor. Todos os níveis de planeamento têm de ser realistas, ou seja, viáveis de serem colocados em prática. O palco da ação do planeamento é a aula. É durante a aula que o processo de ensino e aprendizagem, acontece. Assim, a qualidade da aula está inteiramente ligada ao planeamento de acordo com o contexto.

Nem sempre o plano de aula foi cumprido à regra porque surgiu a necessidade de adaptar exercícios que não eram adequados ao nível da turma, isto fez com que tivéssemos de refletir para não tornarmos a cometer o mesmo erro nas aulas seguintes, adequando os exercícios e a gestão dos mesmos à turma.

As minhas aulas foram sempre planeadas de acordo a trabalhar por etapas as metodologias pré-definidas para cada modalidade. Essas etapas tinham um seguimento lógico que, na maioria das vezes, foi respeitado e apenas passava a etapa seguintes após a turma estar devidamente familiarizada com a etapa anterior.

Segundo Fonseca (2015), a aula deve organizar-se “(...) em três momentos, início, meio e fim, que apesar de terem características próprias, se relacionam entre si” (p.65). A parte inicial da aula normalmente é caracterizada pela realização da chamada e foi isso que aconteceu nos primeiros dias da PES, mas com o decorrer das aulas esta parte foi retirada porque passamos a reconhecer todos os alunos da turma e assim, marcar as faltas sem ser preciso a realização da chamada.

Bento (2003) diz-nos, que numa fase inicial, a comunicação sobre as tarefas e os objetivos propostos para a aula são importantíssimos. A parte central/fundamental da aula, é quando existe uma maior duração dos exercícios, é onde o professor administra um maior número de feedbacks por forma a melhorar a aprendizagem dos conteúdos por parte dos alunos. Reflete a construção do conhecimento com a realização de exercícios de acordo com os conteúdos e os objetivos da aula.

A parte final da aula, tradicionalmente compreende o retorno à calma (Fonseca, 2015). Esta parte serviu também para refletirmos com os alunos acerca da aula, as suas dificuldades, problemas, o seu comportamento que muitas vezes foi negativo e sobre o empenho da turma durante a aula. Também utilizamos esta parte para transmitir algumas informações importantes, acerca dos conteúdos a abordar nas próximas aulas e as atividades a serem desenvolvidas.

1.3 Realização

No campo da realização, pesquisamos sobre várias formas de ajudar os alunos aprenderem e se desenvolverem através de experiências que os fizessem crescer a nível motor e pessoal. A PES é o momento ideal para colocar em prática todos os nossos conhecimentos.

A prática docente é imprevisível, apesar do o planeamento ser fundamental para essa prática, este nunca consegue prever todos os acontecimentos/problemas que no dia a dia um professor enfrenta. Tendo no OC um excelente auxílio na medida em que nos ajudou a adquirir conhecimentos e a dizer se a ação tomada foi ou não a mais adequada no momento específico de aula. Sentimos que evoluímos e aprendemos imenso, principalmente na capacidade de refletir. Um professor necessita de uma constante reflexão sobre todas as medidas que toma, com o intuito de oferecer o melhor ambiente de ensino e aprendizagem aos seus alunos e potenciar as suas capacidades.

Deste modo apresentamos a nossa intervenção pedagógica enquanto EE ao longo da PES, tendo em conta aspetos essenciais como, a instrução, a gestão, a disciplina, o clima e os ajustamentos.

1.3.1 Instrução

A palavra instrução é vista frequentemente associada às intervenções verbais do professor relativas à transmissão de informação, explicação, diretivas e chamadas de atenção, acompanhadas ou não de demonstração (Graça, 2001).

Segundo Siedentop (1991), a instrução está relacionada com o conjunto de comportamentos de ensino adotados pelo professor, procurando informar os alunos sobre os respetivos objetivos e conteúdos de ensino.

É sabido que o aluno não consegue reter toda a informação transmitida pelo professor, pelo que é essencial conseguir captar a atenção do aluno quando o objetivo é transmitir uma informação pertinente e para isso o professor pode e deve recorrer a diversas estratégias de ensino, de forma a conseguir passar a mensagem. Assim é importante selecionar a informação de forma correta e ponderada, contribuindo para a eficácia da aprendizagem.

Segundo Metzler (2000), o conhecimento e compreensão do conteúdo é importante no processo de instrução do professor. O feedback é uma estratégia instrucional, que proporciona

criar a interação entre o ensino e a aprendizagem, o professor e o aluno. O feedback ultrapassa a simples informação do que está certo ou errado, visa indicar os meios que o aluno pode ou deve utilizar para melhorar a sua aprendizagem. É necessário verificar a compreensão do aluno, o que ele reteve e quais as atribuições que fez através da mensagem recebida.

Para otimizar o desempenho do aluno, é fundamental que, posteriormente à realização de uma tarefa motora, o aluno receba uma soma de informações sobre a forma de como realizou a ação (Rosado & Mesquita, 2011).

Ao longo do ano letivo, fomos adaptando a linguagem conforme as turmas e a faixa etária dos alunos, com o intuito de fazer chegar a informação a todos, de forma clara. O uso da demonstração foi um elemento preponderante e que serviu de auxílio à instrução em diversos momentos de modo a facilitar a compreensão dos mesmos. Neste caso utilizamos os alunos como agentes de ensino, para mostrar o bom exemplo e o mau exemplo, onde é possível detetar o erro e comparar o “modelo de aprendizagem” (bom exemplo).

A atribuição de palavras chave e de critérios de êxito são um trunfo utilizado pelo professor para que os alunos se concentrem em atingir esses aspetos. Tivemos o cuidado de nos colocar em locais próprios para exercer a instrução por forma a captar atenção da turma, evitando que elementos perturbadores pudessem surgir. A utilização de um apito foi também uma das estratégias utilizadas e que teve um impacto muito positivo na turma, conseguindo captar a atenção de todos rapidamente.

1.3.2 Gestão

Segundo Siedentop (1983), os ganhos na aprendizagem estão relacionados com o tempo de empenhamento motor dos alunos, logo o tempo de gestão e organização devem ser reduzidos ao essencial. A gestão da aula, foi por vezes, um problema porque a predisposição dos alunos para a prática de EF nem sempre foi a melhor. Tive o cuidado e a atenção de oferecer um tempo de empenhamento motor grande aos alunos e diminuir os tempos de transição e instrução.

Ao longo do ano surgiram alguns problemas. Para Shigunov e Pereira (1993), as atividades de organização da aula, atribuem-se a três questões básicas: os problemas administrativos, a relação com os alunos, e a disposição e uso do material. Em relação aos problemas administrativos, a entrada tardia dos alunos em aula foi um obstáculo no início do ano, porém com uma chamada de atenção os alunos tomaram consciência de que estavam a interferir com o bom funcionamento da aula e partir daí os atrasos deixaram de ocorrer. Outro problema foi relativamente ao controle das presenças, no início do ano não conhecia todos os

alunos e a chamada era feita inicialmente por forma a controlar melhor os alunos, quem estava a faltar e quem chegava atrasado.

Outro problema teve a ver com a relação dos alunos. Existiam níveis de aprendizagem diferentes na turma. Quando os grupos de trabalho eram mistos algumas raparigas recusavam realizar atividade porque não se sentiam bem, diziam elas “eles são brutos” e “eles estão sempre a mandar vir”. Os rapazes por outro lado, também não gostavam de estar num grupo misto porque diziam eles, “elas não sabem jogar” e sentiam-se frustrados por não poderem dar o máximo deles. Isto obrigou-me em diversas modalidades a dividir os grupos por género. Por último, a disposição e uso do material. Antes de a aula começar já tinha o material todo pronto, por forma a evitar perdas de tempo na aula. Não senti um grande problema nesta questão, porque mesmo em momentos de transição procurava preparar o exercício seguinte, utilizando mesmo os alunos “lesionados” ou com “atestado” para montar os exercícios seguintes. Conversava com esses alunos, pondo-os a par do plano de aula, assim eles sabiam o que ia acontecer no momento seguinte da aula e tinham como função cooperar na aula.

1.3.3 Clima/ Disciplina

Segundo Siedentop (1998), um clima enriquecedor entre o professor e os alunos não constitui uma educação eficaz. De acordo com Barbosa, Campos e Valentim (2011) a relação professor-aluno é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças.

Nesta perspetiva, o meu objetivo foi o de criar um ambiente e uma relação pedagógica positiva, tendo por base um clima assente em regras, a compreensão e atenção sobre os problemas dos alunos, no sentido de catapultar o empenhamento na aula. Estanqueiro (2015) refere que o êxito das relações interpessoais resulta muito da capacidade de dar atenção, em cada momento, às carências concretas das pessoas com quem lidamos. O professor tem um papel significativo na cautela da indisciplina, sendo fundamental a existência de uma relação saudável entre o professor e o aluno. Quando os alunos têm atitudes menos apropriadas durante uma aula, é necessário que o professor tenha uma maior supervisão e intervenção, de modo a evitar estes acontecimentos. Perante comportamentos inapropriados, tentei sempre chamar a atenção aos alunos de modo a que retomassem a ordem da aula. Por vezes, foi necessário recorrer a castigos, retirando-os do local da aula e sentar o aluno por forma a baixar o “ânimo” e ao mesmo tempo tomasse consciência de que prejudicou a aula. Retomando à aula, quando entendesse que estavam reunidas as condições para seu regresso.

De acordo com Frigotto e Ciavatta (2001), uma das estratégias de advertência dos comportamentos de indisciplina utilizada pelos docentes regularmente é a organização da aula, evitando os tempos mortos e as fases de transição.

No decorrer das aulas, o facto de determinados alunos estarem juntos era meio caminho andado para o aparecimento de comportamentos desviantes e inapropriados, o que me levou a planear os grupos atempadamente, por forma, a evitar estes comportamentos. A formulação dos grupos, resultou positivamente porque os alunos com mau comportamento ficaram separados o que desceu a probabilidade de comportamentos inapropriados surgirem no decorrer da aula.

1.3.4 Ajustamentos

Os ajustamentos estão ligados à prática reflexiva. Ao longo do decorrer da PES senti a necessidade de reajustar diversos aspetos que julgava serem os mais adequados e com isto, adequar a prática de ensino.

Nem sempre é viável realizar as tarefas inicialmente propostas e, como tal, é necessário ter uma boa capacidade de improviso que consiga superar, positivamente, as situações inesperadas que possam surgir. Um professor deve ser capaz de se questionar, colocando em causa o seu ensino, por forma, a encontrar lacunas e poder através delas melhorar. Um professor reflexivo está constantemente a descobrir-se, o que torna possível a sua evolução profissionalmente.

Um professor reflexivo não se limita ao que aprendeu no período de formação inicial, nem ao que descobriu nos seus primeiros anos de prática. Ele reexamina constantemente os seus objetivos, os seus procedimentos, as suas evidências e os seus saberes. (Perrenoud, 2002, p.44).

1.4 Avaliação

Aranha (2004), afirma que a avaliação é precisa para um melhoramento do desempenho. É um intermediário de todo o processo de ensino e aprendizagem. É a consciência do respetivo sistema educativo. Qualquer tarefa, atividade ou comportamento pode ser avaliado e consente identificar contrariedades e solucionar de acordo com as necessidades e o contexto envolvente.

De acordo com Carvalho e Mira (1993) cit. por Andrade (2008), a avaliação deve incumbir-se de forma contínua e sistemática, ao longo de todo o processo de ensino e

aprendizagem, permitindo ao professor refazer ou preservar os objetivos inicialmente propostos e modificar, caso necessário, as estratégias utilizadas para atingir esses objetivos.

O decreto-lei 6/2001 fala sobre a necessidade de recorrer a diversos modos e instrumentos de avaliação no decurso de cada ano e ciclo de ensino. A avaliação deve contemplar a evolução dos alunos, tendo como linha de ordem as aprendizagens e competências essenciais, quer de natureza transversal quer no que diz respeito especificamente às várias áreas e disciplinas. Com isto, quando nos referimos à avaliação enquanto acontecimento formal, temos em consideração os três momentos de avaliação: inicial, intermédia e final.

Em cada uma destas ocasiões do processo de ensino e aprendizagem, a avaliação apresenta uma finalidade diferente, processando-se as subseqüentes modalidades de avaliação: diagnóstica, com o objetivo de perceber o nível das habilidades dos alunos; a formativa, com o propósito de identificar quais as dificuldades e necessidades dos alunos em relação aos diferentes conteúdos, podendo ajustar o processo de ensino; por fim, a sumativa, no sentido de perceber a evolução dos alunos desde a primeira avaliação, e em concordância, conferir uma classificação aos alunos face ao seu desempenho (Rosado & Silva, 2010).

1.4.1 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica (AD) fornece ao professor informações para que possa pôr em exercício a idealização de forma adaptada às características de seus alunos, tendo como intenção colocá-lo num determinado nível ou tipo de aprendizagem ou até procurar prever o seu percurso futuro. É extremamente importante porque fornece ao professor elementos que lhe permitem adequar o tipo de trabalho que vai desenvolver às características e conhecimentos dos alunos com que irá trabalhar.

A AD é normalmente efetuada na primeira aula da unidade didática. Contudo, pode de outra forma, acontecer ao longo do processo de ensino, ou seja, sempre que se introduzir uma aprendizagem/conteúdo novo. Por conseguinte é qualificada como avaliação inicial, devido a manifestar-se no início de algo.

No entanto, pode-se afirmar que não há momento temporal definido para ela acontecer (Rosado & Silva, 2010). A AD foi utilizada principalmente com o objetivo de observar o nível da turma no início de uma determinada unidade didática. Mais tarde com a informação recolhida, pode proceder ao planeamento consoante o contexto encontrado, estabelecendo metas alcançáveis e criando os planos de aulas com base nessas metas e níveis presentes na turma.

Para realizar esta avaliação, dependendo da unidade didática em questão, construí uma escala de apreciação onde se atribuía uma classificação de 1 a 5, conforme o desempenho dos alunos nos diversos conteúdos estabelecidos. A atribuição do nível 1 classificava o desempenho do aluno como muito insuficiente, sendo de ordem crescente esta classificação até ao nível 5, atribuindo a nota de excelente na execução do conteúdo.

Não senti dificuldades em atribuir uma classificação aos alunos porque o facto de ter uma turma reduzida (20 alunos), facilitou o trabalho, podendo observar com maior cuidado e rigor a turma nos momentos de avaliação.

1.4.2 Avaliação Formativa

A avaliação formativa (AF) é uma componente indispensável e indissociável da prática pedagógica. As suas múltiplas funções estão vinculadas à orientação e regulação do processo de ensino e aprendizagem no âmbito da aprendizagem significativa.

Para o professor, a AF orienta e regula a prática pedagógica, uma vez que se propõe analisar e identificar a adequação de ensino com o verdadeiro aprendido dos alunos. É também muito importante para o aluno compreender o seu próprio processo de aprendizagem e o funcionamento das suas capacidades cognitivas subjacentes na resolução de problemas.

Segundo Aranha (1993), a AF notabiliza-se por uma articulação apertada com o processo de ensino e aprendizagem, desempenhando uma ação de controlo e ajustamento contínuo em relação ao trabalho corrente.

Durante a PES, foi realizada a AF através das várias reflexões de aula. Estas reflexões tinham um carácter geral e não tanto individual, sobre o desempenho e comportamento da turma durante as unidades didáticas.

Esta avaliação tornou-se extremamente útil para todo o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que permitiu através da análise perceber e permitir a evolução do desenvolvimento dos alunos.

Esta avaliação, proporcionou também descobrir as maiores dificuldades quer individuais quer de turma, ajustando nas aulas seguintes de forma a evitar e superar as dificuldades.

1.4.3 Avaliação Sumativa

A avaliação sumativa (AS), como o próprio nome indica, tem como objetivo representar um sumário, uma apresentação concentrada de resultados obtidos numa situação educativa.

Pretende-se traduzir, de uma forma quantificada, a distância em que ficou de uma meta que se arbitrou ser importante atingir. Com a AS é possível conceder uma classificação, não obstante, este não deve ser o único objetivo, uma vez que a sua finalidade deve retratar o aluno das suas qualidades e pormenores a melhorar e não apenas classificar (Rosado & Silva, 2010).

A AS foi sempre realizada no final de cada unidade didática, analisando a evolução dos alunos e o respetivo desempenho no final dessa unidade. Esta teve como intuito a atribuição de uma classificação quantitativa ao desempenho do aluno, permitindo observar o progresso do nível dos alunos e comparar com a AD. Nesta avaliação estiveram presentes os diferentes domínios de desenvolvimento do aluno: domínio psicomotor, domínio socio-afetivo e domínio cognitivo.

Na ESJSC, as percentagens da avaliação são diferentes de domínio para domínio. Em relação ao domínio psicomotor, existia a cotação de 45% para a atividade física e 15% para a aptidão física, o que faz um total de 60%. Durante a avaliação da atividade física, o OC deu liberdade aos EE de criarem os seus próprios critérios e conteúdos de avaliação, sendo que no final da unidade didática foi atribuída uma classificação perante o cumprimento ou não dos critérios.

A avaliação da aptidão física foi realizada através do programa FitSchool, atribuindo a classificação consoante uma grelha pré-estabelecida pelo grupo de EF com os tempos de duração a completar o circuito.

O domínio socio-afetivo tinha uma cotação de 30% da classificação final e foi avaliada ao longo de todas as aulas, tratando-se de uma avaliação mais subjetiva. Por fim, o domínio cognitivo com uma cotação de 10%. A avaliação deste domínio foi realizada através da elaboração de um teste escrito por período.

Foi possível avaliar os alunos neste domínio, através do conhecimento de regras das modalidades lecionadas, consoante os papéis desempenhados durante a aula, nomeadamente a arbitragem de um jogo.

1.4.4 Autoavaliação

A autoavaliação (AA) processa uma parte privilegiada, em virtude de, neste enquadramento, a regulação ser implementada pelo próprio aluno (Hadji, 2011). “Olhando-se” criticamente, autoavaliando-se, torna o aluno capaz de escolher as pistas que proporcionam organizar as suas aprendizagens futuras.

Quando realiza a AA, o aluno forma uma apreciação crítica consigo próprio com o objetivo de alcançar o sucesso ou a aprendizagem. Cabe ao professor ser capaz de fomentar esta capacidade de autoapreciação, de forma a tornar o aluno capaz e ciente daquilo que faz.

Na última aula de cada período, a AA foi realizada através de expressão escrita a cada aluno individualmente, no sentido de perceber qual a sua perceção em relação à classificação a atribuir de acordo com o seu desempenho.

2. Participação na escola e Relação com a comunidade

Segundo Batista e Queirós (2013), o cenário de formação inicial de professores é encarado como um local privilegiado de socialização na profissão. Compreende uma oportunidade incrível de nos relacionar e fazer parte da comunidade educativa que participa na construção daquela que é a nossa identidade enquanto professor.

Barros (2011), em um estudo sobre a construção da identidade do professor de EF, relata que a autodeterminação e as experiências vivenciadas enquanto alunos/atletas é fundamental na escolha profissional, influenciando também na sua atuação como futuro professor. Os alunos têm experiências únicas na escola, atividades desportivas, palestras informativas onde podem interagir e receber conhecimentos que serão determinantes na escolha do que querem ser quando se aproximar o momento de decidir, ajudando-os a esculpir os seus valores e áreas de interesse.

Segundo Batista (2014), a identidade entende-se como um ser moldável, isto é, algo incerto e que se transforma ao longo ao tempo, que se compõe e recompõe no tempo, no espaço e no relacionamento com os outros. O mesmo autor, refere ainda que o docente não atua somente no espaço de aula, as suas obrigações ultrapassam o da sua disciplina e até mesmo o espaço da escola. Os professores são vistos como “modelos” pelos seus alunos, ou seja, as suas

atitudes e comportamentos vão ser apreciadas quer seja no contexto de escola, quer seja fora dela. Os professores também são educadores.

Durante a PES pretendemos transmitir conhecimentos sobre a importância de um estilo de vida ativo e uma alimentação saudável, se conseguirmos influenciar ou alterar o modo de vida destes alunos ficaremos contentes. O facto de existir continuamente alguma atividade para fazer, fez com que a nossa presença e participação na escola fosse uma realidade permanente.

Com efeito, a aprendizagem derivava da interação com os outros (Batista, 2014). E esta participação constante na escola fez com que me relacionasse com a comunidade escolar. O EE através do contacto com o espaço real de escola, vai tornar-se gradualmente um membro da comunidade educativa e conhece os diferentes traços da profissão.

Sendo que ao longo da PES, sentimo-nos cada vez mais parte integrante da escola. Concomitantemente, durante o processo estivemos envolvidos em diversas atividades.

2.1 Atividades realizadas

2.1.1 Atividades da escola

A ESJSC teve ao longo de todo o ano letivo diversas atividades disponíveis para os alunos da escola. As atividades direcionadas para a práticas de atividade física foram organizadas pelo grupo de EF.

A primeira atividade de nível desportivo realizado na escola foi o corta-mato, que por si só, é uma das atividades mais conhecidas no panorama nacional pois é um evento comum a todas as escolas. O corta-mato engloba todos os alunos pertencentes ao agrupamento escolar e foi realizada no Estádio Conde Dias Garcia e piscinas municipais de S. João da Madeira.

O percurso foi o mesmo do ano transato, o que facilitou a organização do evento para este ano. Obtivemos conhecimento dos aspetos positivos e negativos que ocorreram no ano anterior, pelo que, este ano foi pretendido colmatar as falhas evidenciadas e proporcionar um bom corta-mato.

Uma boa organização de um evento é o ponto chave para que este decorra bem. Foram distribuídas tarefas pelo grupo de EF, speaker, dorsais, partida/chegada, lanches, orientadores de percurso, música, aquecimentos, etc. Estas tarefas fizeram com que o corta-mato decorresse normalmente e dentro do que foi planeado. Como aspeto negativo evidenciamos um fator externo, a falta de comparência dos alunos que apesar de inscritos, no dia da prova não compareceram.

Relativamente às Miniolimpíadas, é um torneio que foi criado pelo curso tecnológico de desporto há alguns anos atrás. Atividade é realizada no pavilhão das travessas de S. João da Madeira e tem a duração de dois dias. Apela à participação de toda a comunidade escolar, quer seja como participantes ou dando apoio em tarefas organizativas.

A competição é realizada entre turmas e por escalões de escolaridade, nas modalidades de voleibol, basquetebol, futsal e badminton, em que cada turma representa um país. O professor titular da turma fica responsável por transmitir toda a informação aos alunos.

A turma do 8ºB procedeu à seleção de um país do continente americano para o representar durante a competição, escolhendo a Argentina. De seguida, em concordância com a turma escolheram-se os representantes nas diversas modalidades, sendo que quem não pretendesse jogar teria de participar em tarefas organizativas, podendo optar por ser árbitro, oficial de mesa ou estafeta.

Este evento teve uma preparação cuidada durante as reuniões de EF onde se procedeu à elaboração de alguns documentos essenciais às miniolimpíadas, tais como quadros competitivos, boletins de jogo, a duração dos jogos, a divisão do espaço e a distribuição dos professores pelas respetivas modalidades, sendo que fiquei responsável por um campo de futsal, juntamente com outro professor de EF.

No dia da atividade os professores madrugaram para realizar todas as tarefas planeadas atempadamente, para que o pavilhão estivesse pronto para iniciar a atividade na hora prevista. Existiu um desfile de todas as turmas e respetivo país representante. E após o desfile deu-se início às miniolimpíadas.

As miniolimpíadas são um evento que promove a competitividade saudável entre turmas, o espírito de grupo em busca do melhor resultado na competição. Este torneio é uma grande marca na comunidade escolar, pois provoca um enorme prazer e felicidade em todos os alunos.

2.1.2 Seminário “Educação física criativa”

No dia 21 de maio, na escola EB2/3 de S. João da Madeira, foi realizado um seminário por forma a esclarecer todos os professores de Educação Física do agrupamento sobre o projeto de intervenção “Educação Física Criativa”, implementado a duas turmas do 2º ciclo da EB2/3 de S. João da Madeira e dando-lhes a conhecer os respetivos resultados.

Decidi escolher este projeto porque é um tema importante para o desenvolvimento das escolas, visto que a comunidade escolar engloba as idades mais importantes no que diz respeito ao desenvolvimento juvenil. Vejo neste projeto a oportunidade de oferecer algo novo aos alunos.

A implementação do projeto teve a colaboração da investigadora responsável, professor Rui Marcelino. O projeto “Educação Física Criativa”, desenvolveu-se ao longo do segundo período.

O seminário foi muito enriquecedor porque os professores foram muito participativos e isso fez com que a troca de ideias estivesse presente ao longo de todo o evento. Penso que, de uma forma geral, o seminário correu muito bem e todas os participantes, incluindo eu, saíram satisfeitos e com novas sensações no que á educação física criativa diz respeito.

2.2 Socialização profissional e institucional

2.1.3 Reuniões

Durante todo o ano letivo realizaram-se diferentes tipos de reuniões. Umas com o nosso OC e outras com outros professores, dando destaque às reuniões de departamento, do grupo de EF e reuniões do conselho de turma. As primeiras reuniões foram algo inquietantes por não conhecer do que se fala, do que se trata, que informações tinha de dar e receber. Mas ao longo do ano letivo estas inquietudes desapareceram e tornou-se num excelente momento de partilha de conhecimentos e experiências. Posto isto, conseqüentemente, o ambiente das reuniões foi descontraído e de partilha, cumprindo a ordem de trabalhos delineada pela coordenadora do departamento. Existindo alguns momentos de descontração no decorrer das mesmas com aquele professor mais extrovertido a soltar uma piada. Estas reuniões fornecem informações extremamente importantes que possibilitam o professor exercer melhor o seu trabalho. Nas reuniões do conselho de turma e de avaliação era sentido um ambiente mais formal onde todos os professores das diferentes disciplinas estavam presentes. Estas reuniões permitiram me adquirir uma maior confiança como professor.

3. Desenvolvimento profissional

O desenvolvimento profissional é um processo de formação elaborado no decorrer do tempo, face a um conjunto de experiências e aprendizagens.

A formação de professores pode ser entendida como o processo contínuo e sistemático de aprendizagem no sentido da inovação e aperfeiçoamento de atitudes, saberes e saberes-fazer e da reflexão sobre valores que caracterizam o exercício das funções inerentes à profissão docente. (Onofre (1995, p 75).

Todo este processo iniciou com o EE durante a sua formação, estudando e recebendo conhecimento teórico de preparação para a prática pedagógica, que lhe oferece situações “tipo” de como reagir e atuar no contexto real de escola, situações essas que no papel de professor terão de ser refletidas e resolvidas por ele.

A observação e reflexão foram dois dos aspetos fundamentais que estiveram sempre presentes ao longo da PES e que me permitiram crescer e aprender, contribuindo de forma positiva para o meu desenvolvimento e autonomia enquanto docente.

De acordo com Alarcão (1996, p.175) “Ser-se reflexivo é ter a capacidade de utilizar o pensamento como atribuidor de sentido”, e o desenvolvimento desta capacidade constitui uma mais valia para o progresso do EE durante a PES. Com isto, Alarcão pretende defender que ser reflexivo é conceder um sentido ao pensamento, no qual a reflexão deverá estar presente, não só da parte do professor que sugere e operacionaliza a ação, mas também, daqueles que a observam e ajudam a construir o ciclo reflexivo, que permite retirar deduções vantajosas para ambos.

Durante a PES, o foco da observação sofreu mudanças, nomeadamente porque as preocupações/dificuldades iniciais foram-se alterando ao longo do ano.

Inicialmente as minhas preocupações estavam centradas em existir uma aula bem planeada, com um bom clima, sem paragens desnecessárias e comportamentos de indisciplina. Desta forma, seria possível transmitir aos alunos toda a matéria e conhecimentos inerentes, aperfeiçoando assim, o processo de ensino e aprendizagem. Na prática, a organização e gestão da aula possibilitam o bom desenrolar da aula, e deste modo, têm grande importância na qualidade de aprendizagem dos alunos (Rodrigues, 2005).

A meio do ano, as preocupações passaram a centrar-se mais nas estratégias de ensino e na apresentação das atividades da aula, por forma a lhes conseguir proporcionar uma melhor aprendizagem, motivadora e positiva.

Por fim, as últimas preocupações também se alteraram, deixando de existir dificuldades em controlar os comportamentos de indisciplina e centrando-nos cada vez mais nos exercícios e estratégias a adotar para que a turma atingisse um melhor conhecimento cognitivo e prático.

De acordo com Queirós (2014, p.81), “o estímulo ao pensamento e à atitude crítica dotará o futuro profissional de ferramentas para ir além do como fazer, sendo este capaz de colocar as questões adequadas e saber responder ao porquê e para quê da sua ação”.

A reflexão nutre o professor de capacidade de antecipação, moldando a sua atuação conforme o aparecimento ou não de qualquer tipo de situações durante ação, permitindo assim a sua prevenção. Segundo Alarcão (1996), o conhecimento na ação é alterável e resulta numa reestruturação da própria ação.

De modo a que o professor tenha uma boa intervenção durante a aula, deve compreender o poder da reflexão, de forma a perceber o que pode estar a correr bem, ou o que pode estar a correr mal e ajustar e alterar a ação de maneira a que funcione corretamente. Assim, o professor tem a capacidade de controlar o tempo e o espaço, atuando em relação à ação perante a observação realizada. Tudo isto, tem como intuito poder proporcionar o melhor processo de ensino e aprendizagem à turma, evitando e atuando sobre os problemas da ação visíveis.

Na turma existem os alunos que gostam de fazer as suas asneiras, são mais irrequietos, principalmente quando se mantêm em grupo. O facto de os ter chamado para realizar a demonstração, fez com que se sentissem expostos perante a turma. A estratégia resultou porque fez com que os alunos regressassem à prática e empenhando-se na aula, não existindo espaço para mais comportamentos desviantes.

Nem sempre as estratégias utilizadas durante ação tiveram o efeito desejado, pelo que tivemos de refletir o porquê de elas não terem sortido efeito, adaptando as estratégias e intervindo adequadamente.

A reflexão após a ação, foi realizada através de reflexões de aula presentes no dossier digital, com uma introspeção do que correu bem e mal naquela aula, recebíamos também feedbacks do OC que me facultou “dicas” de como gerir e controlar melhor a turma, se a abordagem aos conteúdos foi a mais adequada ou não. Os EE e meus amigos também, tiveram

um papel preponderante no nosso desenvolvimento enquanto docente porque estávamos em constante contacto e debatíamos as atuações de aula, refletindo sobre as mesmas.

Estes contactos possibilitam refletir sobre toda ação e encontrar possíveis soluções para todas as situações que se consideram um problema para o bom funcionamento da aula e respetiva aprendizagem.

Nesta e em outras situações semelhantes, ocorreu que o facto de possuir um conhecimento elevado sobre os conteúdos, generalizasse um pouco a instrução porque na minha cabeça o público alvo (a turma) compreenderia, mas isso nem sempre aconteceu. Pelo que, em alguns exercícios os alunos não sabiam o que tinham de fazer, obrigando-me a perder tempo desnecessário, que não perderia se a instrução tivesse sido realizada corretamente.

Estas constantes reflexões ao longo de toda a PES permitiram me aprender e evoluir enquanto pessoa e professor, tornando-me mais confiante na nossa ação e moldando a nossa identidade enquanto profissional.

IV. Reflexões finais

Terminada esta etapa formativa, posso afirmar que a PES veio de encontro aos meus objetivos e expectativas iniciais de evoluir e me tornar melhor profissional.

No início do ano não senti receio em assumir o papel de professor, porque o que eu mais queria era aprender e para isso aceitei todas as críticas e assumi todos os erros, pois é nesta fase que temos de colocar em prática as nossas ideias e retirar as dúvidas. Não tive medo dos erros que pudesse cometer porque me encontro num processo de aprendizagem e é com os erros que mais se aprende.

A PES foi o local propício para colocar em prática todos os conhecimentos obtidos ao longo destes anos de estudo, permitindo-me evoluir e realizar uma aprendizagem mais consciente do que é ser professor de EF.

A PES foi um local de confronto de ideias e reflexões, pois nem todas as ações tomadas durante a prática pedagógica foram as mais adequadas, recebendo feedbacks positivos e negativos. Esta multiplicidade de reações fez com que fosse em busca de poder proporcionar a melhor aprendizagem aos alunos, e debati comigo mesmo, com o OC, até encontrar a melhor solução a adotar nas aulas seguintes.

Gostei de ter feito parte de uma comunidade escolar, sendo possível perceber o verdadeiro sentido da mesma, quer no papel de professor, quer na interação com os alunos e funcionários que me trataram de excelente forma.

Num momento em que a EF tem sofrido ataques e uma desvalorização pela disciplina, tentei ao máximo junto dos alunos com quem tive o prazer de lecionar, transmitir a importância da adoção de um estilo de vida ativo e a importância do exercício físico. Foi com orgulho que observei junto da turma residente, o gosto pela prática da EF aumentar, assim como a pontualidade, sendo que até mesmo antes do toque para a aula iniciar, a turma já se encontrava equipada e pronta para a aula.

Finalizando, este foi um ano muito trabalhoso e de grande dedicação que me permitiu desenvolver um conjunto vasto de competências, que tornar-se-ão importantíssimas no meu futuro. Considero que cresci imenso ao longo de toda a PES como pessoa, mas ainda mais como profissional.

Referências bibliográficas

- Alarcão, I. (1996). Formação Reflexiva de Professores – Estratégias de Supervisão. Col. CIDInE. Porto Editora.
- Alarcão, I. (2001). Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto: Artmed Editora.
- Albuquerque, A., Graça, A., & Januário, C. (2005). A supervisão pedagógica em educação física a perspetiva do orientador de estágio. Lisboa: Livros Horizonte.
- Andrade, N. (2008). A Avaliação da Disciplina de Educação Física no Ensino Secundário. Estudo do pensamento de Professores, Alunos e Pais. Monografia realizada no âmbito da Licenciatura em Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira.
- Aranha, Á. (1993). Orientação de estágios pedagógicos: Avaliação formativa versus Avaliação sumativa. Sociedade Portuguesa de Educação Física, nº 7/8, pp. 157-165.
- Aranha, Á. (2004). Organização, Planeamento e Avaliação em Educação Física. Didática. Ciências Sociais e Humanas. Vila Real. UTAD.
- Barbosa, A. J. G., Campos, R. A., & Valentim, T. A. (2011). A diversidade em sala de aula e a relação professor-aluno. Estudos da Psicologia, Campinas, 28, 453-461.
- Barros, I. (2011). Contributo para a compreensão do processo de (re)construção da identidade profissional no contexto da formação inicial: Estudo em estudantes estagiários de educação física. (Mestrado), Universidade do Porto, Porto.
- Batista, P. (2014). O papel do estágio profissional na (re)construção da identidade profissional no contexto da educação física: Cartografia de um projeto de investigação. In P. Batista, P. Queirós & A. Graça (Eds.), O estágio profissional na (re)construção da identidade profissional em Educação Física (pp. 9-42). Porto: FADEUP.
- Bento, J. (2003). Planeamento e avaliação em educação física (3ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Estanqueiro, A. (2015). Autoestima. In E. Presença (Ed.), Saber lidar com as pessoas: Princípios da comunicação interpessoal (pp. 23-34). Lisboa: Editorial Presença.
- Fonseca, D. G. d. (2015). Educação Física: (re)visitando a didática. Porto Alegre: Sulina.

Garcia, C. M. (1992). A formação de professores: Novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In A. Nóvoa (Ed.), Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Graça, A. (2001). Breve roteiro da investigação empírica na pedagogia do desporto: a investigação sobre o ensino da educação física. In Revista Portuguesa de Ciência do Desporto, 1 (1), pp. 100-113.

Gedeão, A. (1956). Pedra Filosofal. In Movimento Perpétuo. Retirado de: http://www.citi.pt/cultura/literatura/poesia/antonio_gedeao/pedra_filo.html

Longmuir, P. E., & Tremblay, M. S. (2016). Top 10 research questions related to physical literacy. Research Quarterly for Exercise and Sport, 87(1), 28-35.

Hadji, C. (2011). Ajudar os alunos a fazer a autorregulação da sua aprendizagem: Por quê? Como? Pinhais: Editora Melo

Marques, A. (2006). Desporto: Ensino e Treino. In G. T. J. O. Bento & R. D. d. S. Petersen (Eds.), Pedagogia do Desporto. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Metzler, M. W. (2000). Instructional Models for Physical Education. Massachusetts: Allyn and Bacon.

Onofre, M. (1995). Prioridades de formação didáctica em Educação Física. Boletim SPEF, 12, 75-97.

Perrenoud, P. (2002). A prática reflexiva no ofício de Professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora.

Reina, M. (2013). Ser professor cooperante: em modo de despedida. In P. Batista, P. Queirós & R. Rolim (Eds.), Olhares sobre o estágio profissional em educação física (pp. 91-104). Porto: Editora FADEUP.

Rodrigues, A. J. (2005). A organização e gestão do processo ensino-aprendizagem no 1º ciclo do ensino fundamental. Revista Brasileira de Educação Especial, 11(3), 429-444.

Rosado, A., & Mesquita, I. (2011). Melhorar a aprendizagem otimizando a instrução. In A. Rosado & I. Mesquita (Eds.), Pedagogia do Desporto (pp. 69-130). Lisboa: FMH edições.

Shön, A. D. (1992). Formar Professores como Profissionais Reflexivos. In A. Nóvoa (Ed.), Os Professores e a sua Formação. Lisboa: Dom Quixote.

Shigunov, V., & Pereira, V. R. (1993). *Pedagogia da educação física: O desporto coletivo a escola: Os componentes afetivos* (Vol. 21). São Paulo: IBRASA.

Siedentop, D. (1983). *Development teaching skills in physical education* (2nd ed.). Palo Alto: Mayfield Publishing Company.

Siedentop, D. (1991). *Developing teaching skills in physical education* (3rd ed.). Mountain View: Mayfield.

Siedentop, D. (1998). *Aprender a enseñar la educación física*. Barcelona: INDE.

Vickers, J. N. (1990). *Instrucional Design for Teaching Physical Activities: A Knowledge Structures Approach*. Champaign: Human Kinetics Kooocks.

Legislação consultada

Decreto-lei 6/2001 de 18 de janeiro. Aprova a reorganização curricular do ensino básico

Decreto-Lei n.º 240/2001 de 30 de agosto. O regime de qualificação para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico.

Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio. Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março. Aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei de bases do sistema educativo), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto (estabelece as bases do financiamento do ensino superior)